

EVOLUÇÃO DA OFERTA E DA PROCURA DO TER

Lúcia de Jesus

Instituto Politécnico de Viseu – Escola Superior Agrária
Quinta da Alagoa – Estrada de Nelas – Ranhados – 3500-606 Viseu
e-mail: mljesus@esav.ipv.pt

Palavras-chave: Diversificação turística, Turismo Rural, Oferta, Procura

Resumo. *O turismo no espaço rural tem sido encarado como uma via de diversificar a oferta turística nacional e como um instrumento de desenvolvimento das economias rurais. Lançado experimentalmente na década de 70 e enquadrado legalmente na década de 80, tem hoje uma dimensão admirável. A sua expressão é no entanto mais evidente no Norte e Centro do país, sendo também estas as regiões que detêm a maior percentagem de dormidas, as quais aliás tem também aumentando.*

Apesar disto, o TER continua a apresentar taxas de ocupação-cama baixas, mais elevadas nas regiões onde a sua oferta é menor (Lisboa, Algarve e Madeira) e nos meses de Verão. Por um lado, isto poderá ser explicado pelo facto da procura não ter acompanhado a oferta e não terem sido suficientes os esforços empreendidos para captar uma procura crescente e repartida pelos vários meses do ano.

No futuro esta questão, poderá constituir-se como mais um entrave para um harmonioso desenvolvimento do TER e das regiões onde está implantado. Só com um correcto planeamento das acções a desenvolver, com muita dedicação e persistência (por parte daqueles que com o TER estão relacionados quer de forma directa, quer indirecta), o TER poderá vir a afirmar-se como produto turístico de excelente qualidade e instrumento de desenvolvimento local.

1. INTRODUÇÃO

Desde há alguns anos a esta parte, o turismo tem-se afirmado como um sector de enorme importância para a economia portuguesa, representando actualmente cerca de 8% do Produto Interno Bruto (PIB) e absorvendo perto de 10% do emprego (Instituto das Empresas para os Mercados Externos - ICEP, 2006). Apesar da diversificação de destinos turísticos, em 2004, o país conseguiu atrair cerca de 11,6 milhões de turistas estrangeiros, posicionando-se em 19º lugar no "ranking" dos principais destinos turísticos e na 21ª posição no "ranking" das receitas, com 6,3 mil milhões de euros.

A estes dados, acrescentam-se os referentes aos portugueses que fazem férias (deslocando-se da sua residência habitual) "cá dentro". Efectivamente, no ano referido (2004) cerca de 2688 mil portugueses (o que equivale a uma percentagem de 83,5% dos portugueses que gozaram férias fora da residência habitual) optaram pelo turismo doméstico.

A par dos destinos tradicionais como o "sol e praia" das regiões litorais começam gradualmente a surgir outros destinos (muitos deles situados no interior do país). Tratam-se de regiões rurais e espaços naturais e protegidos (parques e reservas), com as suas paisagens, os seus campos e gados, as suas aldeias e lugarejos, as suas culturas e tradições, os seus monumentos e (mais recentemente) as suas termas. Está em causa, conduzir ao desenvolvimento destas regiões, mas também diversificar a oferta turística nacional, dando assim resposta a uma procura crescente por aquilo que é diferente e genuíno.

É tendo em atenção estas duas questões, que se justificam algumas acções dinamizadoras de oferta turística (levadas a cabo quer por instituições, quer por privados), em regiões até há pouco anos atrás, subvalorizadas nesta temática. Encaixa no role destas acções, o surgimento de novos produtos turísticos, de que se destaca o Turismo no Espaço Rural (TER).

Lançado experimentalmente há cerca de três décadas e "institucionalizado" legalmente em meados dos anos 80, tem hoje uma dimensão visível. Efectivamente desde essa data até agora o nº de empreendimentos de TER quase setuplicou, ultrapassando já o milhar de empreendimentos. As regiões Norte e Centro de Portugal continuam a ser as que detém um maior número de empreendimentos, com aproximadamente ½ (no Norte) e ¼ (no Centro) do total de empreendimentos.

Apesar deste crescimento e do seu reconhecido desenvolvimento em certas regiões, o TER continua a apresentar taxas de ocupação-cama baixas (em 2005 apenas 13,6%), tendo aliás estas decrescido nos últimos anos. Refira-se que no mesmo ano, a taxa de ocupação-cama nos estabelecimentos hoteleiros foi de 39,1%. Para além das taxas de ocupação-cama do TER serem reduzidas, elas apresentam um pico nos meses de Verão (nomeadamente em Julho e Agosto), sendo ao mesmo tempo mais elevadas nas regiões de Lisboa e do Algarve.

No futuro esta questão poderá constituir-se (a par de outras questões), como mais um entrave com que se deparam os gestores dos empreendimentos de TER, sobretudo aqueles que detém os seus empreendimentos no Norte e Centro do país (com as mais baixas taxas de ocupação-cama). Só com muita dedicação, persistência, planeamento das

acções a desenvolver e marketing do destino (a que se junta a do empreendimento), este tipo de iniciativas poderá ocupar um lugar “de mérito” no seio da oferta turística nacional e regional.

Baseada numa pesquisa teórica e de elementos estatísticos, os objectivos desta comunicação são o de comparar a evolução da oferta de TER (no geral e por Nomenclaturas de Unidades Territoriais II- NUTS II) com a evolução das suas taxas de ocupação-cama (no geral e por NUTS II) e o de reflectir sobre algumas questões que poderão levar a um melhor desenvolvimento deste.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 Na procura de novas formas de turismo

O direito a férias e a descanso é hoje considerado um direito, quase uma necessidade básica, vital, entre as populações do mundo ocidental (Cavaco, C. 2003: 25). Estas dispõem desde há várias décadas a esta parte e num “crescendo notável” de rendimentos que lhes permitem deslocar-se da residência habitual, períodos de férias e subsídios para estas, facilidades de deslocação e comunicação, acesso à informação e a ofertas turísticas múltiplas e diversas. Fala-se da **democratização do turismo** (Fortuna, C. & Ferreira, C.. 1996) e do acesso crescente à prática turística, mas ao mesmo tempo também do surgimento da turistificação (Joaquim, G., 1994 in Brito, B., 2000) ou massificação turística (que atingiu o seu auge nas últimas décadas) e de ofertas padronizadas com valorização de destinos tabelados pelo valor mínimo, por forma a se tornarem acessíveis à maioria, com características essencialmente balneares e de veraneio, muitas vezes com a ausência de preocupações com a preservação ambiental e/ou cultural das comunidades receptoras (ibem), colocando-se então em risco as cargas ecológicas (entenda-se ao ambiente), sociais (entenda-se à comunidade local ou de acolhimento) e turísticas (entenda-se às experiências dos turistas).

Gradualmente a procura associado a este turismo de bulícios, multidões, massificado e pouco responsável (entendido muitas vezes como o turismo ligado ao sun, sea and sand) começa a dar lugar a um turismo mais personalizado e responsável, digamos mais soft, small and sustanaible. Esta transição foi consagrada pela Conferência de Manila (realizada em 1980), onde se procurou valorizar a concepção de novas formas de turismo, assentes em novos valores económicos, sociais e culturais e ecológicos e ambientais (WTO, 2007).

Esta nova procura turística é o resultado de um conjunto de alterações de âmbito político, económico e ecológico (Davidson, R., 1992 in Brito, B., 2000) e obviamente das novas motivações turísticas, passando a valorizar-se cada vez mais a sustentabilidade ambiental. É o período do “small is beautiful” no turismo que perdura até hoje (Davidson, R., 1992 in Joaquim, G., 1997:74).

Turismo alternativo, turismo sustentável, ecoturismo, turismo verde, turismo leve, turismo responsável, turismo rural, turismo de montanha? Em qualquer um dos casos, *formas que em princípio, respeitam as capacidades de carga dos meios de acolhimento, em termos naturais, culturais e sociais, com conservação dos recursos locais, físicos e humanos, diminuindo custos e elevando benefícios* (Carmina, C. 1995:361). Também Brito, B. (2000) fala a este respeito, referindo que a sustentabilidade turística pressupõe

a valorização do presente sem comprometer o futuro, o que denota preocupações ambiente-naturais e sócio-culturais.

Estas novas formas de turismo têm sido aliás apelidadas de alternativas, procurando evidenciar uma certa oposição ao turismo convencional e massificado (ibidem), sendo que os “novos turistas”, também apelidados de “turistas verdes”, têm uma forte consciência ambiental, possuem experiência em termos de viagem, estando mais aptos a fazer comparações, apresentam um nível cultural mais elevado, procuram autenticidade, o primitivo, a tradição, “as origens” mas também qualidade e um bom nível de serviços (Moniz, A. I., 2006).

2.2. Surgimento do TER em Portugal

A década de 60 marca o início do desenvolvimento do turismo português (Cunha, L., 1997). Efectivamente a localização geográfica do país, as condições climatéricas e os preços praticados começaram a atrair para Portugal correntes turísticas cada vez mais importantes, ultrapassando-se em meados desta década (especificamente em 1964), o milhão de entradas de estrangeiros (o que significa que dobraram em relação ao ano anterior). O turismo transforma-se numa actividade económica, mal conhecida do país, quer quanto aos seus efeitos, quer quanto ao seu enquadramento, mas atraente e aparentemente, fácil (idem).

Nesta data surgem os grandes empreendimentos turísticos e desenvolvem-se outros, com destaque para o Algarve, a Madeira e Lisboa. O turismo que até aí não tinha sido objecto de qualquer planeamento (e com o surgimento dos desequilíbrios estruturais), passa a ser integrado nos Planos de Fomento (foram os grandes instrumentos de estratégia de desenvolvimento do país, actuando em todos os domínios da sociedade), com a inclusão de um capítulo próprio no III Plano de Fomento (1968-1973), que lhe atribui o papel de “motor de desenvolvimento económico” (sem no entanto haver definição de um modelo global de desenvolvimento turístico e sem enquadramento numa política do território). Muito embora, estivesse presente a ideia de evitar alguns erros (por exemplo os visíveis em Espanha), surgem nesta altura os primeiros desgastes a nível ambiental. No texto referente ao IV Plano de Fomento (que deveria vigorar entre 1974-1979, mas interrompido a 25 de Abril de 1974) dá-se primazia às questões relativas à correcção dos desequilíbrios regionais e ordenamento do território, tendo sido o turismo considerado como sector estratégico de desenvolvimento sócio-económico, da promoção do bem-estar e do progresso social da população, do ordenamento do território e da correcção gradual dos desequilíbrios regionais, do emprego e da distribuição territorial dos rendimentos (Cavaco, C, 1999: 293). Estranha-se no entanto que tenha voltado a ser dada primazia às regiões do Algarve, Madeira e Lisboa como prioritárias do desenvolvimento turístico, não admirando pois que os problemas ambientais e a degradação das zonas receptoras se tenha agravado.

A nível institucional, durante o período iniciado em 1974, o turismo passou a ser responsabilidade de um membro do governo, os órgãos locais foram integrados em Regiões de Turismo (dependentes das Câmaras Municipais), criou-se o Instituto Nacional de Formação Turística e a ENATUR (a qual detém a propriedade e gestão das pousadas), procurando-se (com estas medidas), dotar o turismo de uma estrutura própria a nível político e institucional.

Foi no final da década de setenta (1978), que o turismo no espaço rural, na sua vertente comercial, marcadamente endógena em termos de oferta, inovadora quanto ao alojamento e selectiva quanto à clientela (mobilidade individual, tempos livres, poder económico, nível cultural e sistema de valores), surgiu sobre a forma específica de turismo de habitação – TH (Cavaco, C., 1999: 294). Esta nova oferta assumiu e valorizou a sua localização acentuadamente rural, a sua história patrimonial e a sua pequena dimensão, traduzidas na “*qualidade do meio e da habitação, na forma de acolhimento, sempre personalizado, pouco profissional, doméstico e familiar, no convívio que possibilitava entre os visitantes e entre estes e as famílias que os recebiam a descoberta de outros espaços e vivências...*” (ibidem). Desde logo, esta nova oferta, parecia contribuir para alguma permanência das elites locais, conservação do património construído, sobrevivência dos saberes-fazer tradicionais e desenvolvimento local.

O desenvolvimento da oferta do TH foi de seguida estimulada pelo reconhecimento da sua utilidade turística e pública no início da década seguinte (Dec. Lei nº 423/83 de 5 de Dezembro). É natural que esta medida (que valorizou o TH) procurasse já uma orientação diferente da percorrida até aí. Efectivamente três anos depois, com o objectivo de adoptar uma nova estratégia para o desenvolvimento do turismo nacional, foi lançado o Plano Nacional do Turismo, que entre outros, continha os seguintes objectivos (Cunha, L., 1997):

- Contribuir para atenuar os desequilíbrios e assimetrias regionais;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos portugueses;
- Contribuir para a protecção do património natural e valorização do património cultural.

No âmbito desta plano (que se iniciou em 1986), foi relançado o termalismo, criados novos sistemas de financiamento ao investimento (SIFIT), criado o Instituto de Promoção Turística (integrado posteriormente no ICEP), construídas algumas escolas hoteleiras (Coimbra, Lisboa e Estoril), reformulada toda a legislação relativa ao sector, enquadrado legalmente o **Turismo no Espaço Rural** (Dec. Lei nº 256/86 de 27 de Agosto) e outras iniciativas que visavam um desenvolvimento mais equilibrado, estando assim em vista qualificar e diversificar a oferta turística nacional.

No caso concreto do TER, as modalidades a desenvolver deveriam ter natureza familiar e simultaneamente, visar a protecção e valorização do património cultural, de que a arquitectura regional era expressão de grande interesse turístico. Para além do TH foram consideradas, duas novas modalidades: turismo rural (TR) e agro-turismo (AT).

2.3. Desenvolvimento do TER em Portugal

A partir do início da década de 90, a percentagem da população portuguesa que se deslocava para fazer férias aumentava anualmente (embora a média fosse inferior à comunitária). No entanto, o maior aumento de partida de férias dos portugueses, traduziu-se na procura de férias para o estrangeiro. Com efeito, não só aumentou o número (nº) de saídas para o estrangeiro (ultrapassando já o total da população nacional), mas também as despesas efectuadas no exterior (2,6 vezes mais entre 1990 e 1995) (Cunha, L., 1997).

A evolução do turismo nacional nesse período (1990-1995), indicia aliás o esgotamento do modelo de desenvolvimento turístico, baseado no “sol e mar” e no

aproveitamento indiscriminado dos recursos naturais (com concentração dos investimentos no litoral). Tornava-se pois urgente, dar uma atenção especial a novos produtos turísticos, orientados de acordo com a nova procura turística (que se revelava mais exigente) e assentes em princípios mais sustentáveis.

Em 1997 surge nova legislação (Dec. Lei nº 169/ de 97 de 4 de Julho) a respeito do TER (muito embora se tenham sublinhado as questões relativas à natureza familiar dos empreendimentos, favorecendo assim o contacto entre visitantes e populações locais) não se estranha que os objectivos do produto turístico tenham sido reformulados, ou melhor, ampliados. Mais do que anteriormente, pretendia-se revitalizar e desenvolver o tecido económico rural, contribuindo para o aumento do rendimento das populações locais e criando condições para o crescimento da oferta de emprego e fixação das ditas populações (sobretudo as do interior).

Para além das três anteriores modalidades, foram criadas novas duas modalidades: as casas de campo (CC) e o turismo de aldeia (TA) e integradas no novo regime, os hotéis rurais (HR) e os parques de campismo rural (PCR), procurando-se desta forma tornar mais claro o tipo de exploração e o seu carácter familiar e de actividade complementar dos seus donos. Consideram-se ainda elementos integrantes do turismo no espaço rural (e pela 1ª vez) as actividades que visavam a divulgação das características e tradições das regiões, designadamente o seu património, os itinerários temáticos, o folclore, a caça, a pesca, os jogos e os transportes tradicionais e fossem declaradas de interesse para o turismo.

Gradualmente o TER foi-se espalhando pelo país e passados cerca de 10 anos após o seu enquadramento legal o nº de unidades de TER mais que triplicou – passou de 154 unidades (com capacidade de alojamento de 1154 camas) em 1986 para 534 unidades (com capacidade para 4984 camas) em 1997. No que diz respeito a dormidas, no mesmo período considerado, elas passaram de 53126 para 143125 dormidas, o que significa que aproximadamente em 10 anos as dormidas no TER mais que duplicaram.

Na década de 90, a importância dada ao turismo no espaço rural foi ainda afoitada pela criação do Turismo de Natureza (TN) (Resolução do Conselho de Ministros nº 112/98 de 25 de Agosto) e estabelecimento do respectivo regime jurídico (Dec. Lei nº 47/99, de 16 de Fevereiro). Trata-se de um novo produto turístico, a desenvolver unicamente em áreas protegidas, que veio a integrar desde logo os empreendimentos de TER. Digamos, que se tratou de mais uma iniciativa das entidades oficiais nacionais, na tentativa de diversificar a oferta turística nacional, atenuar os problemas relacionados com a forte concentração turística (na orla costeira) e sazonalidade da actividade, promovendo um turismo diferente e como tal mais sustentável. Ao mesmo tempo, procurava-se a revitalização destes espaços naturais. Pena é, que ao contrário dos empreendimentos de TER, sejam mal conhecidas, as evoluções de algumas das suas modalidades.

È já no início deste século, que surge uma outra legislação a respeito do TER (Dec. Lei nº 54 de 2002 de 11 de Março), estabelecendo-se nesta data o novo regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos, mantendo-se no entanto, em termos genéricos, a filosofia até aí vigente. Neste ano o nº de empreendimentos de TER ascendia a 866 empreendimentos com capacidade de 8533 camas (o que representa relativamente a 1997 um acréscimo de 62% no nº de empreendimentos e 71% no nº de

camas). As dormidas no TER não pararam de crescer e em 2002 registaram-se 497504 (dormidas).

Em 2007 (Dec. Regulamentar nº 5/2007 de 14 de Fevereiro), volta a ser reforçada a necessidade de ser dada especial atenção aos empreendimentos de TER, dada a sua ligação à natureza e contributo decisivo para o desenvolvimento e modernização da região em que se localizam.

Do exposto, depreende-se facilmente que as entidades oficiais nacionais (ao longo destes últimos anos) tiveram presente a preocupação relativa à diversificação da oferta turística nacional (muito provavelmente à luz daquilo que estava a ser feito noutros países) mas também a preocupação de lançar produtos mais sustentáveis (dado os problemas originados) e que contribuíssem (ao mesmo tempo) para o desenvolvimento local.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Dado tratar-se de um trabalho baseado em fontes de informação secundária, a primeira das fases baseou-se na leitura e análise de várias publicações, artigos e legislação sobre o TER. A procura de informações estatísticas foi uma outra fase em que assentou o desenvolvimento deste trabalho.

Para tal, foram analisados dados estatísticos (quer referentes à oferta quer referentes à procura), disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), Direcção Geral de Turismo (DGT) e Instituto de Turismo de Portugal (ITP).

No que diz respeito à oferta de TER, os dados estatísticos foram trabalhos primeiro de forma geral, ficando-se assim com uma ideia da evolução do TER a nível nacional e depois por regiões (aqui NUTS) e modalidades. A metodologia seguida para se fazer a análise referente à procura TER seguiu, a mesma linha de ideias – primeiro os dados foram tratados de forma geral e depois analisou-se a procura do TER por NUTS.

Em quarto lugar, foi apresentada a evolução das taxas de ocupação-cama (quer por NUTS quer por modalidades, incluindo-se aqui excepcionalmente dados respeitantes aos HR).

Por fim seguiu-se a discussão de resultados e reflexões do estudo efectuado.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 A Oferta do TER

O nº de empreendimentos de TER teve um crescimento considerável ao longo destes últimos cerca de 20 anos. Com 103 casas (de turismo de habitação) em 1984, passados dois anos (quando se dá o enquadramento legal da actividade), o nº de casas ascendia já a 154. Daí até agora o nº de empreendimentos não cessou de aumentar (exceptuam-se dois anos) e em 2006 contavam-se quase sete vezes mais unidades (a análise não contempla os dados referentes aos HR e PCR (ver gráfico).

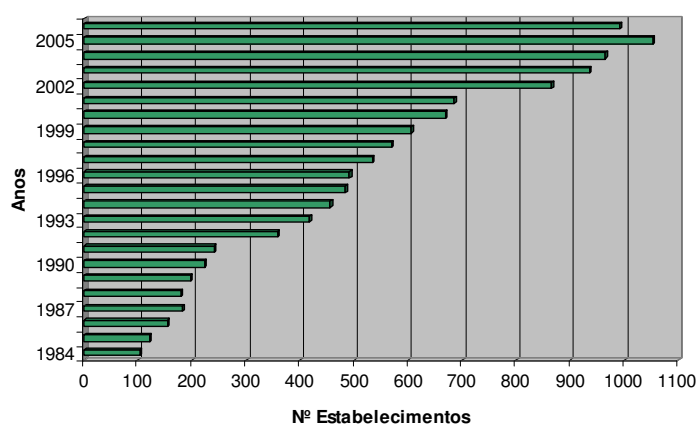


Gráfico 1. Evolução da oferta

Fonte: INE, 1989; INE, 1993; INE, 1998; INE, 2000; INE, 2002; DGT, 2003-2006 & IPT, 2007

Os maiores aumentos deram-se entre 2001 e 2002 (com o aumento de 181 empreendimentos) e 1991 e 1992 (com o aumento de 118 empreendimentos).

No que diz respeito à evolução dos empreendimentos por NUTS, entre 2002 (ano em que surge nova legislação a respeito das NUTS e passa a adoptar-se uma nova divisão estatística) e 2006 a variação do nº de empreendimentos no global é positiva, aproximadamente de 15% (em quatro anos). Em termos regionais, à excepção de Lisboa, todas as outras regiões viram o nº de empreendimentos de TER aumentar, assim como a respectiva capacidade de alojamento. A R.A. Açores foi aquela onde essa variação foi maior, com um aumento de cerca de 54% no que se refere ao nº de empreendimentos e 53% no que se refere ao nº de camas (ver quadro seguinte).

Em 2006 (à semelhança de outros anos) o Norte detinha a maior percentagem de empreendimentos (44%). Seguem-se o Centro (com 22%) e o Alentejo (com 16%).

Quadro 1. Evolução de estabelecimentos e capacidade de alojamento (camas)

NUTS	Nº de Estabelecimentos					Var. %	Nº de Camas					Var. %
	2002	2003	2004	2005	2006		06/02	2002	2003	2004	2005	
Norte	372	412	429	461	441	18,5	3568	3992	4231	4647	4459	25,0
Centro	218	237	240	244	219	0,5	2195	2430	2525	2570	2322	5,8
Lisboa	34	33	31	28	25	-26,5	361	333	333	297	261	-27,7
Alentejo	129	141	145	166	155	20,2	1419	1576	1649	1880	1750	23,3
Algarve	24	23	30	31	30	25,0	247	241	320	333	323	30,8
R.A. Açores	48	48	47	74	74	54,2	382	382	362	583	585	53,1
R.A. Madeira	41	42	43	49	48	17,1	361	383	395	482	476	31,9
Total Geral	866	936	965	1053	992	14,5	8533	9337	9815	10792	10176	19,3

Fonte: INE, 2003; DGT, 2005; DGT, 2006 & ITP, 2007 in JESUS, L., 2007

As modalidades que tiveram um crescimento mais acentuado no período em questão (2002 a 2006) foram o TA e as CC. A primeira, com uma variação no nº de

empreendimentos da ordem dos 133% e no nº de camas de 152% e as segundas com uma variação de cerca de 97% no nº de empreendimentos e 120% no nº de camas.

Embora as modalidades de AT e TH tenham sofrido variações negativas no nº de empreendimentos, só nesta última se notou um ligeiro decréscimo no nº de camas (ver quadro seguinte).

Em 2006, a modalidade de TR (com 39% do total de empreendimentos) é a predominante, seguindo-se as modalidades de TH (com 23% do total de empreendimentos) e CC (com 23% do total de empreendimentos).

Quadro 2. Evolução de estabelecimentos e capacidade de alojamento (camas)

Modalidades	Nº de Estabelecimentos					Var. %	Nº de Camas					Var. %
	2002	2003	2004	2005	2006		06/02	2002	2003	2004	2005	
TH	244	246	247	248	232	-4,9	2677	2733	2775	2838	2678	0
TR	358	391	406	416	387	8,1	3256	3676	3884	4099	3835	17,8
AT	145	147	146	147	137	-5,5	1738	1813	1827	1846	1737	-0,1
CC	116	148	162	234	229	97,4	763	988	1148	1744	1677	119,8
TA	3	4	4	8	7	133,3	99	127	181	265	249	151,5
Total Geral	866	936	965	1053	992	14,5	8533	9337	9815	10792	10176	19,3

Fonte: INE, 2003; DGT, 2005; DGT, 2006 & ITP, 2007 in JESUS, L., 2007

4.2 A Procura do TER

A procura pelo TER teve igualmente um crescimento considerável. Observe-se que em 1984 o nº de dormidas estimadas nas casas de TH era de 33425 e passados dois anos (quando se dá o enquadramento da actividade) este número tinha já aumentado para 53126 (ver gráfico seguinte). Daí até agora, de forma global, o nº de dormidas tem aumentado e em 2006 contavam-se quase nove vezes mais dormidas nos empreendimentos de TER (exceptuam-se nesta análise os HR e PCR).

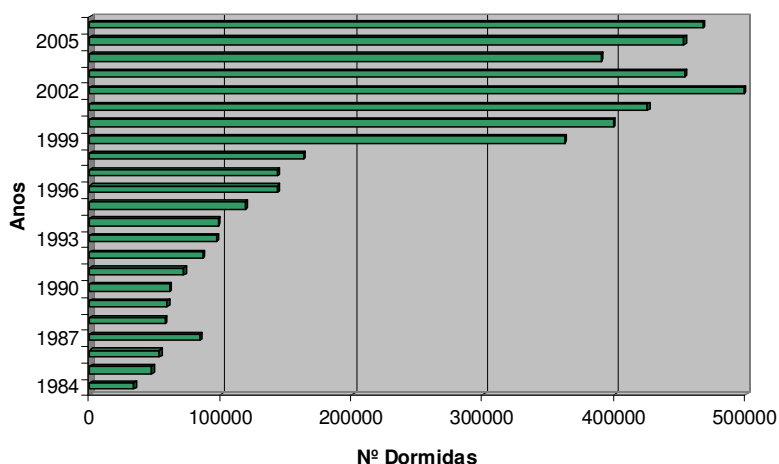


Gráfico 2. Evolução da procura

Fonte: INE, 1989; INE, 1993; INE, 1998; INE, 2000; INE, 2002; DGT, 2003-2006 & IPT, 2007

Ao ser feita uma análise mais minuciosa, salienta-se o aumento de dormidas em 1999, que mais que duplicaram em relação ao ano anterior, mas também a diminuição de dormidas no TER nos anos de 2003 e 2004.

No que diz respeito à evolução das dormidas por NUTS entre 2002 e 2006, (ao contrário da oferta) a variação é negativa, cerca de 6% (em quatro anos). Em termos regionais, somente em três regiões (Algarve, Açores e Madeira) essa variação foi positiva, destacando-se o crescimento verificado nos Açores.

Quadro 3. Evolução da procura por NUTS

NUTS	2002	2003	2004	2005	2006	Var. 06/02
Norte	158696	145756	128460	130568	145215	-8,5
Centro	101423	83713	75084	102822	90519	-10,8
Lisboa	48850	37742	36607	24832	27959	-42,8
Alentejo	101963	96648	75989	90004	85411	-16,2
Algarve	26898	30469	23690	33018	37454	39,2
R.A. Açores	21069	21484	20874	27002	35172	66,9
R.A. Madeira	39499	37354	28617	44242	45071	14,1
Nacionais	237237	211804	177793	241092	242737	2,3
Estrangeiros	261161	241362	211528	211396	224064	-14,2
Total Geral	498398	453166	389321	452488	466801	-6,3

Fonte: INE, 2004; DGT, 2005; DGT, 2006 & ITP, 2007

Em 2006, à semelhança do que se passou nos anos anteriores, o Norte continua a ser a região onde o nº de dormidas é maior, com 31% do total de dormidas. Seguem-se a região Centro e Alentejo, com 19 % e 18% do total das dormidas.

Relativamente à variação dos empreendimentos por modalidades e anos optou-se por não os apresentar aqui, dada a falta de coincidência de números em algumas publicações consultadas (pelo menos as referentes aos anos de 2002 e 2003).

4.3 Taxas de ocupação-cama

As taxas de ocupação-cama permitem avaliar a capacidade de alojamento média utilizada durante o período de referência, correspondendo à relação entre o nº de dormidas e o nº de camas existentes no período de referência.

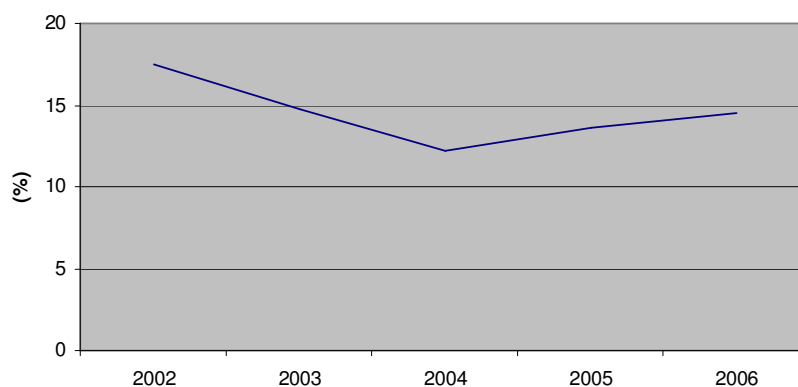


Gráfico 3. Evolução das taxas de ocupação cama por anos

Fonte: DGT, 2004; DGT, 2005; DGT, 2006 & ITP, 2007

têm mostrado evidências de declínio (ver gráfico seguinte), para além de serem baixas (em 2005 o TER apresentou uma taxa de ocupação cama de 13,6 e a hotelaria tradicional 39,1%).

Se a análise aos números recair sobre a evolução ao longo dos meses, verifica-se que a ocupação do TER recai sobre os meses de Verão (ver gráfico seguinte).

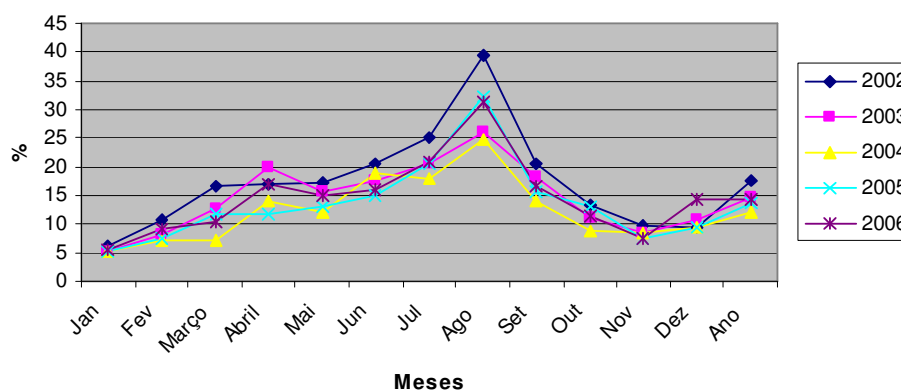


Gráfico 4. Evolução das taxas de ocupação cama por anos e meses

Fonte: DGT, 2004; DGT, 2005; DGT, 2006 & ITP, 2007

Entre 2003 e 2006, as taxas de ocupação-cama por meses, anos e NUTS evidenciam igualmente a maior ocupação do TER nos meses de Verão (ver quadro seguinte).

Quadro 4. Taxas de ocupação-cama por meses, anos e NUTS

Nuts	Anos	Jan	Fev	Março	Abril	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano
Norte	2003	2,4	3,6	4,4	10,2	6,5	12,7	18	26,9	13,5	6,6	4,4	7,8	10
	2004	3,4	3,9	2,8	7,4	6,5	20,3	14,3	25,6	8,8	6,2	2,6	5,3	9
	2005	3	4,5	4,4	5,6	5,8	8,8	14	27,8	11,4	6,2	1,9	7	8,5
	2006	3	4,5	3,3	8,5	6,4	8,8	13,5	25,8	12,7	7,3	4,7	9,7	8,8
Centro	2003	5,3	9,5	9,4	12,2	6,2	8,4	11,6	15,1	8,3	4,8	5,7	12,7	9,2
	2004	5,8	8	4,8	8,7	4,2	9,8	13,2	18,2	6,7	6,3	4,7	11,5	8,4
	2005	6	7,1	12,8	10	8,7	12,4	16	27,8	9,2	6,2	4,8	11,3	10,9
	2006	4,4	8,2	5,4	12,3	8	10	14,6	24,2	12,1	9	6	11,3	10,3
Lisboa	2003	4,9	8,3	10,3	34	30,7	36,9	39	51	47,3	30,3	22,5	18,7	30,1
	2004	13,1	19,8	24,1	35	45	40,6	43,8	33,8	28,4	21,9	26,7	19,7	29,8
	2005	7,1	10,8	17,6	43,2	24,9	20,4	38,6	41,1	25,8	10,3	10,7	7,8	22,1
	2006	18,2	27,3	44,6	52,7	45,8	42,1	47,3	61,2	52,6	42,3	22,3	39,4	43
Alentejo	2003	3,1	4,9	17	29,8	22,8	25,1	27,1	26	24,6	18,1	12,6	9	18,3
	2004	3,1	6,9	12	22,2	14,9	20,8	18	27,8	26	4,4	22	5,2	14,5
	2005	4	5,8	14,2	10,4	21,9	22	23,3	29,8	10,8	20,6	9,6	6,2	15,3
	2006	8,9	13,5	21,1	25,7	28,7	26,2	31,9	36,6	17	12,9	11	23,3	21,5
Algarve	2003	10,5	22,7	20,4	31,2	27,6	30,6	45,9	53,4	44,7	27,7	20,5	22,7	30,1
	2004	2,2	11,8	10,7	25,7	32	26,5	34,1	46,5	34,3	10,6	9,8	45,1	21,6
	2005	7	5,7	12,4	19,2	27,6	29,4	31,4	59,3	33,3	18,6	18	17,4	22,6

Nuts	Anos	Jan	Fev	Março	Abril	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano
		2006	3	13,4	12	42,2	43,7	40	51,9	51,4	45,9	21,6	19,4	29,6
R.A. Açores	2003	4,6	8,1	11	15	22,5	18,2	29,2	34,4	16,6	7,5	2,4	1,2	15,1
	2004	3,2	2,8	3	14,5	19,5	19,2	20,2	26,6	24,9	10,9	6,7	6,7	13,1
	2005	3	4,1	7	10,6	10,9	13,5	27,7	44,2	28	13,7	15,1	7,7	15,4
	2006	1,6	2,9	4,4	8,5	13,8	22,8	35,8	56,4	24,9	12,9	4,2	3,2	15,6
R.A. Madeira	2003	20,1	25,1	45,9	51,5	48,4	33,6	17,7	26,3	26,5	17	20,9	20,4	30,2
	2004	14,5	17,3	20,2	29,1	27,7	22,8	29,9	27	26	24,1	15,9	19,2	22,9
	2005	13,7	23	35,9	27,5	28,6	29,6	39,3	43,6	34	30,7	22	19,1	29,2
	2006	15,7	25,9	35,2	45,7	35,5	28,4	26,1	35,1	22,2	18,3	12,9	26,8	27,5
Total Geral	2003	5,2	8	12,7	20	15,8	17,7	20,6	26,1	18,4	11,2	8,6	10,7	14,7
	2004	5,2	7,1	7,3	14	12,2	18,9	18	24,9	14	8,8	8,6	9,4	12,2
	2005	5,3	7,4	11,8	11,7	13	15,1	20,7	32,2	15,8	12,9	7,6	9,4	13,6
	2006	5,5	9	10,3	17,1	15	16,1	20,8	31,3	16,6	11,3	7,6	14,4	14,5

Fonte: DGT, 2004; DGT, 2005; DGT, 2006 & ITP, 2007

Essa ocupação é ainda maior em determinadas regiões: Lisboa, Algarve e Madeira (ver gráfico seguinte). Muito embora as dormidas no TER sejam diminutas nestas três regiões, o nº de empreendimentos de TER também o é, o que faz com que as taxas de ocupação-cama sejam aqui maiores.

Em 2006, notou-se uma ligeira recuperação da taxa de ocupação-cama, continuando a ser as três regiões anteriores aquelas que detinham uma maior taxa de ocupação-cama.

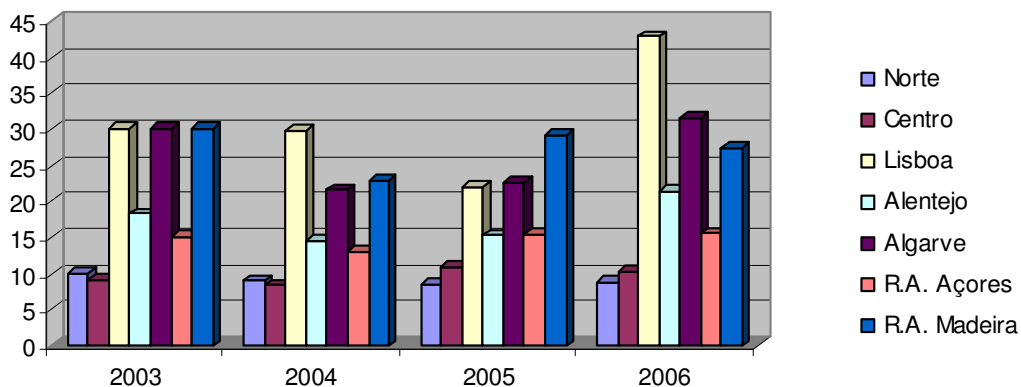


Gráfico 5. Evolução das taxas de ocupação-cama por NUTS

Fonte: DGT, 2004; DGT, 2005; DGT, 2006 & ITP, 2007

No período considerado, se a análise incidir sobre modalidades, (como esperado) as maiores taxas de ocupação-cama concentram-se igualmente nos meses de Verão (ver quadro seguinte).

Quadro 5. Taxas de ocupação-cama por meses, anos e modalidades

Modalidades	Anos	Jan	Fev	Março	Abril	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano
TH	2003	2,6	4,8	8,1	16,4	16,4	17,9	21,4	26,5	17,8	10,9	4,8	5,8	12,8
	2004	3,6	4,4	6,1	12,5	12,1	20,8	17,6	24,1	13,1	9,2	4,7	5,8	11
	2005	4	4,6	8,3	10,1	12,5	10,3	17,1	26,8	15,3	9,7	6	9	10,7
	2006	2,5	4,3	7,1	10,9	10,6	10,7	16,6	26,6	17,4	9,4	4,3	7,4	10,4
TR	2003	7,2	6,4	10,6	19,5	13,3	13,3	16,4	23,6	18,8	8,7	6,6	9,8	13,2
	2004	4,6	6,3	4,9	10,8	8,9	17,1	17	24,6	10,5	7,9	4,2	9,6	10,4
	2005	4,7	7,4	9	8,7	10,9	12,4	15,3	31	13,1	7,9	5,5	9,4	11,4
	2006	3,8	7,6	5,7	12,4	10,7	13,1	18,5	30,3	14,4	8,9	5,2	10,5	11,8
AT	2003	7,2	6,4	10,6	19,5	13,3	13,3	16,4	23,6	18,8	8,7	6,6	9,8	13,2
	2004	5,9	8,6	5,7	13,9	14,3	15,5	14,5	23,2	23,2	9,3	12,8	10,8	12,9
	2005	6,2	8,3	9,8	14,2	13	16,1	24,6	28,4	17,9	14,3	8,4	6,8	14,1
	2006	3,5	6,1	6,8	13,3	8,8	13,4	18,7	25,8	13,3	7,4	5,8	16,9	11,4
CC	2003	11,2	16,3	35,8	40,5	37,5	38,1	31,7	23,9	30,9	22,3	21,2	14,4	27,1
	2004	8,2	11,3	17,9	23,9	18,3	27,2	25,6	28,8	16,4	9,9	19,5	13,1	18,5
	2005	7,6	10,8	25,3	18	21,9	26,7	32,1	41,7	19,1	26,2	17	10,8	21,7
	2006	7,2	12,5	16,2	26,9	24,9	20,6	23,8	35,9	16,8	12,8	8,4	16,7	18,6
TA	2003		7,5	3,5	26,3	7,2	35,6	7,9	61,6	23,2	18,2	11,1	32,1	15,5
	2004	12,1	10,7	8,7	26,8	16,8	6,9		21,7		8,9	15,5	2,3	11,9
	2005	10,1	5,1	26	28,6	4,6	16,1	39,5	85,5	40,5	20	7,4	28,9	18,3
	2006	4,2	6,5	3,8	8,6	6,2	12,8	14,6	22,6	10,2	7,5	4,9	10,6	9,2
HR	2005	25,2	31,1	21,6	31,1	33,1	38,9	44,7	54,3	43,8	43,4	36,4	37,3	38,8
	2006	16	21	26	32,1	30	29,1	35,6	44,8	29	27,5	21,4	34,2	28,8
Total Geral	2003	5,2	8	12,7	20	15,8	17,7	20,6	26,1	18,4	11,2	8,6	10,7	14,7
	2004	5,2	7,1	7,3	14	12,2	18,9	18	24,9	14	8,8	8,6	9,4	12,2
	2005	5,3	7,4	11,8	11,7	13	15,1	20,7	32,2	15,8	12,9	7,6	9,4	13,6
	2006	5,5	9	10,3	17,1	15	16,1	20,8	31,3	16,6	11,3	7,6	14,4	14,5

Fonte: DGT, 2004; DGT, 2005; DGT, 2006 & ITP, 2007

Nesta análise, é ainda possível observar-se que em 2003 e 2004 as CC tinham maiores taxas de ocupação-cama. Nos dois últimos anos em análise, e uma vez que foram considerados os HR, passaram a ser estes a ter uma maior taxa de ocupação-cama.

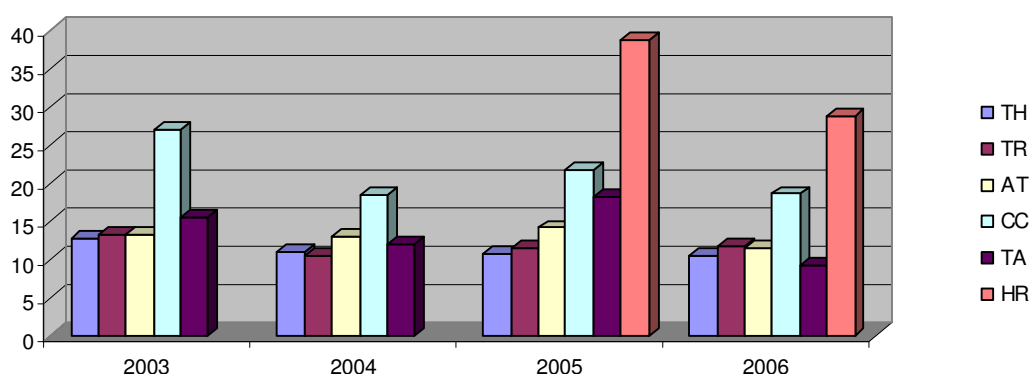


Gráfico 6. Evolução das taxas de ocupação-cama por modalidades

Fonte: DGT, 2004; DGT, 2005; DGT, 2006 & ITP, 2007

Muito embora as dormidas noutros tipos de modalidades (nomeadamente no TH, com cerca de 21% do total de dormidas em 2006 e TR, com cerca de 31% do total de dormidas em 2006) sejam percentualmente mais elevadas, a oferta deste tipo de modalidades também o é, o que faz com que as suas taxas de ocupação-cama sejam mais baixas.

5. REFLEXÕES FINAIS

Parecem não restar grandes dúvidas que o TER (como é definido na legislação nacional) surgiu e foi-se desenvolvendo como forma de diversificar a actividade turística nacional e contribuir para o desenvolvimento dos meios rurais. A procura que o campo tem vivido nos últimos anos, tem (obviamente) também contribuído para esse desenvolvimento. De facto, após o enquadramento legal da actividade é notório o crescimento da oferta (medida esta em termos de nº empreendimentos e capacidade de alojamento), mas também da procura (medida estas em termos de dormidas).

Ao fazer-se uma análise mais minuciosa, foi possível observar-se que nos últimos anos (concretamente a partir de 2002) a oferta TER continua a aumentar (com excepção do ano de 2006), diminuindo no entanto a procura. Não obstante desta diminuição geral, o nº de portugueses que procuram o TER tem aumentado (embora que de forma ténue).

As regiões Norte, Centro e Alentejo lideram tanto a oferta como a procura. No lado oposto e em termos de oferta, encontram-se as regiões de Lisboa, Algarve e Madeira (as duas primeiras dispõem aliás de uma maior capacidade de alojamento em termos de estabelecimentos hoteleiros).

No que diz respeito às taxas de ocupação-cama, verificou-se que são diminutas, tendo aliás decrescido nos últimos anos, passando de 17,5% em 2002 para 13,6% em 2005 e 14,5% em 2006, o que significa que a oferta aumentou mais que a procura (como aliás evidenciado). Ao contrário do que era desejável são ainda as regiões Norte e Centro que detêm as mais baixas taxas de ocupação-cama e as regiões de Lisboa, Algarve e Madeira (as três de grande procura turística), aquelas onde as taxas de ocupação-cama são mais elevadas: Isto significa que muitos dos promotores TER das primeiras regiões referidas, ficam mais vezes “de mão a abanar”, dada a incapacidade de ocupação dos empreendimentos.

Por outro lado, as taxas de ocupação-cama, incidem (como aliás a generalidade da procura turística) sobre os meses de Verão, o que denota a incapacidade de atrair mais turistas ao longo do ano, esbarrando com o slogan “faça férias repartidas”.

Perante estas conclusões, questiona-se a posição do TER, enquanto instrumento que pretende diversificar a oferta turística nacional e contribuir para o desenvolvimento local? Talvez os esforços feitos até agora (por parte das entidades públicas e privadas) não tenham sido suficientes para atenuar esta situação e afirmar o TER como produto turístico e instrumento de desenvolvimento local. Advoga-se a necessidade de existir um esforço conjunto, com a criação de redes e parcerias, por parte daquelas entidades que directa ou indirectamente estão relacionados com o turismo e particularmente com o TER numa dada região: associações de desenvolvimento local, regiões ou órgãos locais de turismo, entidades económicas locais (outras empresas de alojamento, empresas de restauração, empresas turísticas, empresas de artesanato, empresas agrícolas, agências de viagens, agências de publicidade, entre outras) e população.

Na certeza porém que não será fácil. Só com muita dedicação, persistência, planeamento das acções a desenvolver e marketing do destino, será possível inverter ou atenuar o rumo da procura turística no país.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brígida, B. (2000): “ O turista e o Viajante: Contributos para a Conceptualização do Turismo alternativo e Responsável. *IV Congresso Português de Sociologia*, Faculdade de Economia, Coimbra, 17-19 Abril de 2000.
- Cavaco, C. (1995): “Turismo rural e desenvolvimento local”, In: Cavaco, C (Coord.), *As Regiões de Fronteira*, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 351-408.
- Cavaco, C. (1999): Turismo Rural e Turismo de Habitação em Portugal, In: CAVACO C. (Coord.), *Desenvolvimento Rural Desafio e Utopia*, Centro de Estudos Geográficos Universidade de Lisboa, Lisboa,, pp. 293-304.
- Cavaco, C. (2003): “Permanências e mudanças nas práticas e nos espaços turísticos”, In Cristóvão, A & Simões, O. (Coord.), *Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra, pp. 25-38.
- Cunha, L. (1997): *Economia e Política do Turismo*, Editora McGRAW-HILL, Alfragide.
- Decreto-Lei n°s: 423/83 de 5 de Dezembro, 251/84 de 25 de Julho, 256/86 de 27 de Agosto, 169/97 de 4 de Julho, 54/2002 de 11 de Março.
- Decreto-Regulamentar n° 5/2007 de 14 de Fevereiro.
- DGT (2003): *O Turismo no Espaço Rural 200*, DGT, Lisboa.
- DGT (2004): *O Turismo no Espaço Rural 2003*, DGT, Lisboa.
- DGT (2005): *O Turismo no Espaço Rural 200*, DGT, Lisboa.
- DGT (2006): *O Turismo no Espaço Rural 2005*, DGT, Lisboa.
- Fortuna, C. & Ferreira, C. (1996): “O Turismo, o Turista e a Pós-Modernidade”, *Centro de Estudos Sociais*, n° 80.
- Instituto das Empresas para os Mercados Externos – ICEP (15/12/2006), *Portugal em ficha*. <http://www.icep.pt/portugal/turismo.asp>.
- INE (1989): *Estatísticas de Turismo*, INE, Lisboa.
- INE (1993): *Estatísticas de Turismo*, INE, Lisboa.
- INE (1998): *Estatísticas de Turismo*, INE, Lisboa.
- INE (1999): *Estatísticas de Turismo*, INE, Lisboa.
- INE (2000): *Estatísticas de Turismo*, INE, Lisboa.
- INE (2002): *Estatísticas de Turismo*, INE, Lisboa.
- INE (2006): *Estatísticas de Turismo*, INE, Lisboa.
- INE (2004): *Estatísticas de Turismo*, INE, Lisboa.
- INE (2005): *Estatísticas de Turismo*, INE, Lisboa.
- Instituto de Turismo de Portugal (2007): *O Turismo no Espaço Rural 2006*, ITP, Lisboa.
- Jesus, L. (2007): “Contributo do TER para o Desenvolvimento Rural”. *XIII Congresso da APDR*, Universidade de Angra do Heroísmo, Angra do Heroísmo, 5-7 Julho de 2007.
- Joaquim, G (1997): “Da Identidade à Sustentabilidade ou a Emergência do Turismo Responsável”, *Sociologia Problemas e Práticas*, n° 23, pp. 71-100.

- Mergulhão, L. & Ribeiro, M. (2000): “Turismo e Desenvolvimento das Regiões do Interior A Perspectiva dos Autarcas”. *IV Congresso Português de Sociologia*, Faculdade de Economia, Coimbra, 17-19 Abril de 2000.
- Moniz, A. I. (2006): *A Sustentabilidade do Turismo em Ilhas de Pequena Dimensão: o Caso dos Açores* (tese de doutoramento). Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
- Viera, J (1997): *A Economia do Turismo em Portugal*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- World Tourism Organization (7/9/2007): *Manila Declaration on World Tourism*.
http://www.ecode.it/code/_player/download.asp?file=univeur/warehouse/documents/65Manila.PDF.